



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselheiros da:
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU-SOLIDARIEDADE – ICC BLUSOL
Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU-SOLIDARIEDADE “ICC Blusol”**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ICC Blusol** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e NBCTG 1000 de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **ICC Blusol**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **ICC Blusol** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ICC Blusol** a ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **ICC Blusol** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ICC Blusol**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **ICC Blusol**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ICC Blusol** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 28 de fevereiro de 2.024.

Prospecta Auditores Associados S/S
CRC – SC 4487/O-7

Fabiano Durval Gonçalves
Sócio Responsável Técnico
Contador – CRC SC 025.321/O-4

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU – SOLIDARIEDADE “ICC – BLUSOL”

CNPJ: 02.145.793/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022.

Valores expressos em Reais.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE “ICC - BLUSOL”, tem por objeto social a concessão de créditos à pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, para a sua criação, seu crescimento e sua consolidação. A partir do ano de 2002 essa Entidade foi qualificada e certificada de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da lei 9790/99, qualificação esta renovada semestralmente, cuja certidão está em vigor até 12 de fevereiro de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2023 e 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com o CPC PME das Pequenas e Médias Empresas, em consonância com o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002) e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal nº 6.404/76) e as normas emanadas da legislação aplicável as OSCIP.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas para fins comparativos e foram também auditadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FISCAIS ADOTADAS

As práticas e as estimativas contábeis adotadas pela Entidade estão em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

- a) **Estimativas Contábeis** – As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.
- b) **Apresentação das Contas** – Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 365 dias subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulante.

c) **Critérios de Avaliação de Ativos:**

- **Ativos Financeiros** - Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, representados por caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como por operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas, referente empréstimo para capital de giro, fixo e misto.

- **Passivos Financeiros** - Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: obrigações com instituições de crédito referente contratos de administração e aplicação de recursos, representados por BNDES, BADESC, DAYCOVAL e OIKOCREDIT.

Os encargos financeiros, tais como juros e atualização monetária, são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa (Caixa e bancos conta corrente):** Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor. **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras.

- **Operações de Crédito** - Os créditos decorrem de operações por empréstimos de capital de giro, de capital fixo e misto, estão demonstrados pelo custo, acrescidos dos encargos financeiros pré-fixados, ajustados por conta redutora de rendas a apropriar de operações de crédito ao resultado e da provisão para perdas prováveis na realização, conforme demonstrado nas notas explicativas nº. 5a) e 5b).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

- **Rendas de operação de crédito vencidas:** As rendas de operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento (em exceção ao regime de competência), conforme disposto no art. 9º da Resolução 2.682/99 do BACEN - Banco Central do Brasil.

- **Provisão para Operações de Créditos Vencidos** – É constituída provisão para perdas prováveis em operações de crédito com base na análise de risco individual das contas a receber e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes. A provisão é constituída na forma prevista na Resolução nº 2.682/99 do BACEN – Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A forma de provisionamento adotada foi opção da Entidade, embora alguns provedores de *funding*, como BADESC, BNDES e OIKOCREDIT exijam formalmente nos seus instrumentos de crédito que seja adotada tal metodologia.

Conforme acordo contratual com a OIKOCREDIT (provedor de *funding*), foi realizado um complemento na PCLD de 70% sobre a carteira ativa refinanciada + os clientes da carteira ativa com atraso superior a 30 dias.

Ativos Não Circulantes

- **Realizável a Longo Prazo** – Está representado por operações de crédito de longo prazo conforme mencionado na nota explicativa nº 5b; depósito judicial referente COFINS, representados por valores depositados em conta específica, e outros valores a receber, conforme nota explicativa nº 6.1.

- **Investimentos, Imobilizado e Intangíveis** - Os bens e direitos representativos dessas contas, segundo a sua natureza, estão contabilizados ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado foram efetuadas pelo método linear, com bases em taxas anuais que contemplam a taxa fiscal econômica dos mesmos, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações - 10%, equipamentos de processamento de dados - 20%. As benfeitorias da filial de Indaial serão depreciadas conforme vigência do contrato de aluguel que será de 3 anos e as demais filiais estão depreciadas conforme taxa de 4% ao ano. As amortizações dos intangíveis foram efetuadas também pelo método linear levando em consideração a vida útil econômica dos mesmos, a taxa anual de 20%.

- **Recuperabilidade dos Ativos** - A Entidade não tem expectativas de recuperabilidade, pois os bens estão reconhecidos por valores inferiores ao valor em uso ou líquido de mercado, e em caso de obsolescência ou se tornarem inservíveis os bens são doados ou descartados como sucata, não gerando qualquer receita.

a) Critérios de avaliação de passivos:

- **Obrigações com Instituições de Crédito** - São obrigações com instituições de crédito através de recursos recebidos para aplicação em atividades de créditos à pessoas físicas e jurídicas. O registro contábil é feito pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

- **Encargos Trabalhistas** - Conhecidos e/ou passíveis de apuração, estão sendo contabilizados de acordo com a sua competência.

b) Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas são apenas evidenciados na nota explicativa nº 10;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

c) Ajuste a Valor Presente de Créditos e de Obrigações

Os créditos de operações de empréstimos estão ajustados, no que se refere a juros em conta retificadora de rendas a apropriar, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5a.

Não há efeitos relevantes que justifiquem qualquer ajuste a valor presente de curto e longo prazo, dos demais créditos e das obrigações.

d) Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente

As rendas de operações de créditos são apropriadas à receita considerando-se a data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito de reconhecimento das rendas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro está composto com os seguintes valores a sua natureza:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa – Moeda Corrente	13.732,57	13.825,06
Bancos Conta movimento	141.000,44	478.312,61
Subtotal	<u>154.733,01</u>	<u>492.137,67</u>
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.170.822,29	10.913.064,30
Total	<u>4.325.555,30</u>	<u>11.405.201,97</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e bancos abrangem numerários em espécie e disponível em contas bancárias e as aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O montante de créditos operacionais corresponde a empréstimos concedidos para as seguintes finalidades segregados por Fundos:

a) Ativo Circulante:

CONTA POR FUNDO	OPERAÇÕES POR CRÉDITO R\$		(-) RENDAS POR FUNDO R\$		(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES		TOTAL CIRCULANTE R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fundo Badesc VI	366.038,79	1.335.911,26	-62.470,50	-319.605,64	-39.796,61	-26.812,61	263.771,68	989.493,01
Fundo BNDES	35.325.012,81	31.516.138,28	-7.182.942,27	-7.188.904,33	-1.340.520,47	-1.575.736,25	26.801.550,07	22.751.497,70
Fundo Oikocredit	19.788.360,86	13.329.501,29	-6.290.290,83	-3.638.763,83	-756.163,67	-714.993,57	12.741.906,36	8.975.743,89
Fundo Próprio III	12.700.423,74	11.689.218,04	-3.644.310,77	-3.347.004,04	-760.620,02	-634.143,38	8.295.492,95	7.708.070,62
Fundo Daycoval (Antigo Proprio IV)	2.543.416,29	18.814,85	-1.134.987,45	-2.255,29	-7.120,35	-144,77	1.401.308,49	16.414,79
Fundo Refin	412.171,05	223.664,87	-164.990,07	-82.126,42	-117.140,65	-98.019,63	130.040,33	43.518,82
Fundo Próprio Complemento	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.731.199,08	-1.538.514,90	-1.731.199,08	-1.538.514,90
TOTAL	71.135.423,54	58.113.248,59	-18.479.991,89	-14.578.659,55	-4.752.560,85	-4.588.365,11	47.902.870,80	38.946.223,93

b) Ativo não Circulante:

CONTA POR FUNDO	OPERAÇÕES POR CRÉDITO R\$		(-) RENDAS POR FUNDO R\$		(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES		TOTAL NÃO CIRCULANTE R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fundo Badesc VI	38.289,37	377.704,85	-8.394,55	-67.940,74	-3.266,94	-3.144,69	26.627,88	306.619,42
Fundo BNDES	7.540.035,41	8.904.790,09	-1.555.119,22	-1.910.501,21	-117.680,12	-145.454,45	5.867.236,07	6.848.834,43
Fundo Oikocredit	14.938.993,90	6.566.036,76	-4.222.581,08	-1.489.960,54	-199.465,10	-152.948,64	10.516.947,72	4.923.127,58
Fundo Próprio III	7.334.240,25	6.360.643,77	-1.976.806,93	-1.534.635,72	-197.138,81	-182.786,21	5.160.294,51	4.643.221,84
Fundo Daycoval (Antigo Proprio IV)	3.600.745,96	0,00	-1.156.678,89	0,00	-12.527,61	0,00	2.431.539,46	0,00
Fundo Refin	220.316,28	102.149,05	-113.664,60	-50.244,24	-61.081,52	-35.998,34	45.570,16	15.906,47
Fundo Próprio Complemento	0,00	0,00	0,00	0,00	-338.726,67	-262.484,71	-338.726,67	-262.484,71
TOTAL	33.672.621,17	22.311.324,52	-9.033.245,27	-5.053.282,45	-929.886,77	-782.817,04	23.709.489,13	16.475.225,03

c) Total Geral do Ativo Circulante e Não Circulante:

CONTA POR FUNDO	OPERAÇÕES POR CRÉDITO R\$		(-) RENDAS POR FUNDO R\$		(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES		TOTAL GERAL R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fundo Badesc VI	404.328,16	1.713.616,11	-70.865,05	-387.546,38	-43.063,55	-29.957,30	290.399,56	1.296.112,43
Fundo BNDES	42.865.048,22	40.420.928,37	-8.738.061,49	-9.099.405,54	-1.458.200,59	-1.721.190,70	32.668.786,14	29.600.332,13
Fundo Oikocredit	34.727.354,76	19.895.538,05	-10.512.871,91	-5.128.724,37	-955.628,77	-867.942,21	23.258.854,08	13.898.871,47
Fundo Próprio III	20.034.663,99	18.049.861,81	-5.621.117,70	-4.881.639,76	-957.758,83	-816.929,59	13.455.787,46	12.351.292,46
Fundo Daycoval (Antigo Proprio IV)	6.144.162,25	18.814,85	-2.291.666,34	-2.255,29	-19.647,96	-144,77	3.832.847,95	16.414,79
Fundo Refin	632.487,33	325.813,92	-278.654,67	-132.370,66	-178.222,17	-134.017,97	175.610,49	59.425,29
Fundo Próprio Complemento	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.069.925,75	-1.800.999,61	-2.069.925,75	-1.800.999,61
TOTAL	104.808.044,71	80.424.573,11	-27.513.237,16	-19.631.942,00	-5.682.447,62	-5.371.182,15	71.612.359,93	55.421.448,96

O montante de operações de crédito a receber é decorrente de empréstimos de microcrédito e créditos para o microempreendedor, pessoas físicas e empreendedor individual realizados com taxas de juros de:

- 3,10 % até 3,98 % ao mês, nas modalidades de capital de giro, capital fixo e outras.
- 2,60 % ao mês, na modalidade de construir.
- 2,60 % até 3,98 % ao mês, na modalidade de Investimento em Veículo.
- 5,00 % ao mês, na modalidade de Urbano com restrição.
- 3,98 % ao mês, na modalidade Rural.
- 5,00 % ao mês, na modalidade Rural com restrição.
- 2,6 % a 3,98 % ao mês, na modalidade de Energia Solar.
- 3,98 % ao mês, na modalidade de Social Reformar.
- 3,98 % a 5,00 % ao mês, na modalidade Social.
- 3,98 % ao mês, na modalidade Água e Esgoto.
- 3,98 % ao mês, na modalidade +Mulher.
- 3,98 % a 5,00 % ao mês, na modalidade +Saúde.

As garantias exigidas são aval de terceiros e alienação fiduciária em garantia de bem móveis.

5.1 CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A partir de janeiro/2014, foi alterada a forma de cálculo da classificação do risco para fins de cálculo da PCLD (Provisão para perdas sobre créditos) e em 09/2015 foi implantado a provisão de 0,5% também para os clientes de classificação "AA". A classificação considera se o cliente estava adimplente ou não no dia da classificação para o cálculo, conforme Resolução BACEN nº 2682/99, sendo que os saldos dos valores de operações a Crédito estão destacados abaixo:

CLASSIFICAÇÃO EM DIAS DE ATRASO	Nota	BASE DE CÁLCULO PARA PCLD - CARTEIRA ATUAL		
		Valor R\$	% De Constituição	PCLD - R\$
AA - em dia		56.460.249,31	0,5	282.301,25
A - 01 a 14 dias		7.749.952,26	0,5	38.749,76
B - 15 a 30 dias		4.289.722,08	1,0	42.897,22
C - 31 a 60 dias		3.432.289,45	3,0	102.968,68
D - 61 a 90 dias		1.413.668,64	10,0	141.366,86
E - 91 a 120 dias		745.832,80	30,0	223.749,84
F - 121 a 150 dias		579.309,55	50,0	289.654,78
G - 151 a 180 dias		443.166,61	70,0	310.216,63
H - maior 180 dias		2.180.616,85	100,0	2.180.616,85
Não Classificado		-	-	-
Subtotal		77.294.807,55		3.612.521,87
Provisão Complementar	5.1.1			2.069.925,75
Total				5.682.447,62

5.1.1 PROVISÃO COMPLEMENTAR

Carteira Ativa Renegociada	729.180,24
Carteira Ativa em Risco (clientes com atraso maior de 30 dias)	7.388.602,07
Total	8.117.782,31
Cobertura 70%	5.682.447,62
Valor de PCLD calculado	3.612.521,87
PCLD Complementar	2.069.925,75

5.2 CARTEIRA RENEGOCIADA

	2023	2022
Valor da Carteira Vigente	104.808.044,71	80.424.573,11
Valor da Carteira Renegociada	1.685.600,83	996.417,29
Percentual da Carteira Renegociada Sobre o Total da Carteira	1,61%	1,24%

5.3 CARTEIRA EM RISCO E COBERTURA DA CARTEIRA EM RISCO

Carteira em Risco e Cobertura da Carteira em Risco	2023	2022
Valor da Carteira Vigente	104.808.044,71	80.424.573,11
Valor da Carteira em Risco (a)	8.117.782,31	7.673.117,35
Percentual da Carteira em Risco	7,75%	9,54%

Cobertura da Carteira em Risco	2023	2022
Provisão para Operações de Crédito	5.682.447,62	5.371.182,15
Percentual da Cobertura da Carteira em Risco e Renegociada	70,00%	70,00%

(a) Carteira em risco, para o setor de Microfinanças, é aquela cujas operações apresentam atraso superior a 30 dias no pagamento de parcela de juros e encargos e ou principal. O conceito da carteira em risco leva em conta somente o número de dias de atraso das operações desconsiderando outros fatores como, as características das operações, se normais ou renegociadas, e a classificação de nível de risco do cliente.

6. ATIVO NÃO CIRCULANTE

6.1. Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro está composto com os seguintes créditos:

	Nota	2023	2022
Operações de Crédito	5.b	23.709.489,13	16.475.225,03
Outros Valores a Receber		44.600,00	44.600,00
Depósitos Judiciais Cíveis - COFINS	8.1	13.410.870,16	11.474.867,33
Total Realizável a Longo Prazo		37.164.959,29	27.994.692,36

6.2. Imobilizado:

a) Demonstrativo de custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido.

				2023	2022
	Taxa de Depreciação	Custo R\$	Depreciação Acumulada R\$	Líquido R\$	Líquido R\$
Móveis e Utensílios	10%	435.434,57	- 301.155,76	134.278,81	105.498,94
Instalações	10%	197.980,35	- 163.427,94	34.552,41	26.720,12
Equip. Proc. Dados	20%	721.101,93	- 545.325,56	175.776,37	182.766,62
Veículos	25%	56.430,00	- 56.430,00	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	8.000,24	- 4.986,41	3.013,83	3.255,60
Benfeitorias	4%	411.608,13	- 148.978,56	262.629,57	266.133,82
Total		1.830.555,22	- 1.220.304,23	610.250,99	584.375,10

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	Saldo Inicial R\$	Adições R\$	Baixas/Vendas R\$	Transferências R\$	Depreciações R\$	Saldo Final R\$
Móveis e Utensílios	105.498,94	47.826,77	-	-	- 19.046,90	134.278,81
Instalações	26.720,12	14.311,20	-	-	- 6.478,91	34.552,41
Equip. Proc. Dados	182.766,62	65.234,03	- 1.385,41	-	- 70.838,87	175.776,37
Veículos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.255,60	509,70	-	-	- 751,47	3.013,83
Benfeitorias	266.133,82	18.108,32	- 4.870,14	-	- 16.742,43	262.629,57
Total	584.375,10	145.990,02	- 6.255,55	-	- 113.858,58	610.250,99

6.3. Intangível:

a) Demonstrativo dos gastos apropriados, amortização acumulada e valor líquido.

	Taxa de Depreciação	Custo R\$	Depreciação Acumulada R\$	2023 Líquido R\$	2022 Líquido R\$
Sistemas de Computação	20%	392.690,79	- 278.097,23	114.593,56	126.015,43
Marcas e Patentes	-	4.287,25	-	4.287,25	4.287,25
Total		396.978,04	- 278.097,23	118.880,81	130.302,68

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	Saldo Inicial R\$	Adições R\$	Baixas/Vendas R\$	Transferências R\$	Depreciações R\$	Saldo Final R\$
Sistemas de Computação	126.015,43	30.752,00	-	-	- 42.173,87	114.593,56
Marcas e Patentes	4.287,25	-	-	-	-	4.287,25
Total	130.302,68	30.752,00	-	-	- 42.173,87	118.880,81

6.4. Investimentos:

Em setembro de 2017 a ICC - Blusol iniciou junto a Associação de Garantias de Crédito Santa Catarina – SC Garantia um convênio de operações de concessão de garantias, com o objetivo de estabelecer as condições para a utilização de garantias da SC GARANTIAS nas operações de crédito para capital de giro, para investimento fixo, investimento misto e fortalecimento financeiro, contraídas pelos Associados Beneficiários da SC GARANTIAS junto ao ICC BLUSOL, de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos no Manual de Operações e Concessão de Garantias da SC GARANTIAS, bem como estabelecer as condições gerais para administração dos recursos administrados pela SC GARANTIAS.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante é de R\$ 912.747,23 (em 2022 montante era de R\$ 827.015,43) de participação na SC Garantia.

6.5. Recuperabilidade de Ativos:

Conforme pronunciamento técnico 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a Entidade efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado e intangível com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado e intangível, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos

7. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CURTO E LONGO PRAZO (OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO)

Credor	Vencimento Final	% de Encargos	2023 - R\$			2022 - R\$		
			Curto Prazo R\$	Longo Prazo R\$	Total R\$	Curto Prazo R\$	Longo Prazo R\$	Total R\$
Oikocredit 2324 A	2022	TJLP + 4,5% / Taxa Mínima 12%	-	-	-	-	-	-
Oikocredit 2324 B	2024	SELIC + 4,5% / Taxa Mínima 12%	1.384.253,07	-	1.384.253,07	1.495.517,37	1.266.540,00	2.762.057,37
Oikocredit 2324 C	2026	SELIC + 6% / Taxa Mínima 12%	1.604.375,29	3.160.500,00	4.764.875,29	1.611.625,74	4.740.750,00	6.352.375,74
Oikocredit 2324 D	2028	SELIC + 5,8%	1.632.085,22	7.397.250,00	9.029.335,22	-	-	-
BNDES Contrato 18205021010	2027	TLP + 1,85%	386.181,87	9.957.406,35	10.343.588,22	-	10.391.626,28	10.391.626,28
BNDES Contrato 19208221019	2028	TLP + 1,85%	3.824.495,44	14.333.064,39	18.157.559,83	-	20.184.485,58	20.184.485,58
BADESC contrato 2016023101	2024	TLP + 5%	167.243,56	-	167.243,56	670.519,12	166.666,67	837.185,79
Daycoval Contrato 1068794	2188	0,9894%	433.316,04	705.820,51	1.139.136,55	-	-	-
Daycoval Contrato 1069847	2189	0,9864%	367.531,77	715.042,21	1.082.573,98	-	-	-
Conta Corrente Negativa			-	-	-	-	-	-
Total			9.799.482,26	36.269.083,46	46.068.565,72	3.777.662,23	36.750.068,53	40.527.730,76

Os empréstimos estão garantidos por recursos que compõem o Fundo Microcrédito de Santa Catarina e do BNDES, e por caução de título de crédito constituído por nota promissória.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

8.1. COFINS

Em 16 de novembro de 2000 a Instituição ingressou com ação de Mandado de Segurança, através da Justiça Federal, contra o Delegado da Receita Federal de Blumenau, entendendo que as receitas próprias da atividade são isentas da COFINS. Adicionalmente a esse fato a Entidade tomou as seguintes medidas: a) a Entidade pagou COFINS correspondente ao período de dezembro de 1999 a outubro de 2000, no montante de R\$ 20.836,00; b) a partir de novembro de 2000 o valor correspondente a alíquota de 3% sobre as receitas próprias está sendo depositado judicialmente. O montante provisionado de obrigações tributárias - COFINS, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 13.498.466,14 (2022 – R\$ 11.550.424,66), sendo que o montante dos depósitos judiciais correspondentes em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 13.410.870,16 (2022 R\$ 11.474.867,33).

8.2. PIS

A Instituição, com base em argumentos jurídicos, entende que está sujeita ao pagamento do PIS com base em 1% da folha de pagamento, não se enquadrando, portanto, no pagamento do PIS sobre as receitas brutas. Todavia, visando resguardar a administração, está provisionando contabilmente a parte do tributo calculado sobre o montante das receitas brutas que ultrapassa ao calculado sobre a folha de pagamento, cujo montante acumulado, de principal, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 788.203,37 (2022 R\$ 670.879,43) e está classificada na

rubrica obrigações tributárias no passivo não circulante. Foi revertido ao resultado do exercício de 2023, o montante de R\$ 109.136,81, decorrente de ajustes de estimativas, abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2018. A Entidade em consulta com contabilidade entendeu que por ser uma provisão a título de prudência e com o propósito de resguardar a Administração, transferiu os saldos da Provisão do Pis para o Passivo não Circulante, pois o mesmo somente será discutido/cobrado em eventual procedimento administrativo por parte do fisco federal, e sendo assim como trata-se de entendimentos, concluiu-se por manter esta provisão no Não Circulante.

9. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES

Em 31 de dezembro está composto com os seguintes valores e sua natureza:

	Nota	2023	2022
Ordenados e Salários a Pagar		336.867,11	319.234,88
Contribuição Sindical		211,72	314,15
INSS a Recolher		183.478,24	168.489,26
INSS s/ Prestação Serviços a Recolher		410,61	376,95
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher		8.109,31	7.633,77
FGTS a Recolher		61.739,44	59.340,05
IRRF a Recolher		131.587,08	135.116,51
Férias a Pagar		654.128,42	637.291,95
Encargos Sociais Sobre Férias	(1)	226.775,48	220.914,08
Abono a Pagar		415.596,36	127.707,52
Total		2.018.903,77	1.676.419,12

(1) Férias a pagar e encargos sobre férias: são calculadas sobre a remuneração dos colaboradores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo) e com os respectivos encargos, apropriados mensalmente pelo regime de competência.

10. OBRIGAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações cíveis e trabalhistas que envolvem a Entidade, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo:

Vara (Cível/Trabalhista)	VALOR ESTIMADO R\$		
	Provável	Possível	Remota
Cível	34.483,04	501.485,29	56.838,61
Trabalhista	-	-	-
Total	34.483,04	501.485,29	56.838,61

A Entidade não efetuou provisionamento contábil em relação às contingências consideradas Possíveis conforme informado pela assessoria jurídica, a qual representa em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 501.485,29.

Foi realizada provisão de contingências cíveis e trabalhistas, para fazer frente às contingências consideradas prováveis conforme informadas pela assessoria jurídica, a qual está registrada no Passivo Não Circulante e que representa em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 34.483,04.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido, a Entidade possui em 31 de dezembro de 2023 um patrimônio social de R\$ 28.613.395,47 (2022 – R\$ 25.416.356,51).

12. DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Para fins de informação adicional, apresentamos o detalhamento das Receitas e Despesas por natureza, ou seja, despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto:

12.1 DESPESAS COM PESSOAL

	2023	2022
Ordenados e Salários	- 6.214.130,34	- 5.829.843,09
Assistência Médica e Social	- 274.404,25	- 239.950,00
Cesta Básica	- 785.161,24	- 717.267,69
FGTS	- 679.620,26	- 597.411,18
INSS	- 1.705.785,36	- 1.616.335,00
PAT-Prog. Assistência ao Trabalhador	- 1.051.542,90	- 1.000.098,93
PIS s/Folha de Pagamento	- 68.875,20	- 65.442,62
13º Salário	- 512.861,36	- 506.353,17
Férias	- 715.941,05	- 699.924,11
Abono Único por Convenção Coletiva	- 708.547,49	- 274.578,62
Capacitação Profissional	- 37.119,68	- 39.575,55
Outras Despesas (Vale Transporte/Auxílio Creche/Outras Despesas Sociais)	- 150.389,04	- 121.609,71
Total	- 12.904.378,17	- 11.708.389,67

12.2 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Alugueis	- 66.145,78	- 699.405,59
Alugueis Imoveis	- 665.035,27	-
Anúncios e Publicações	- 387.881,41	- 223.690,27
Consulta SPC/Serasa	- 446.258,89	- 447.453,11
Despesas C/Comunicação Voz e Dados	- 168.285,37	- 168.949,74
Despesas com Gravames	- 121.408,95	- 50.886,39
Despesas com Transportes	- 935.513,73	- 899.173,34
Energia Elétrica	- 58.992,56	- 52.708,68
Limpeza e Conservação do Patrimônio	- 125.069,95	- 114.825,57
Material de Escritório	- 28.853,06	- 27.213,19
Mensalidades e Anuidades	- 96.294,88	- 77.261,73
Serv. Prestados por Terceiros	- 149.481,28	- 134.464,42
Serv. Prest. Por Cobrança, Advogado, Contabilidade e Consultoria	- 927.056,30	- 833.651,28
Viagens e Representação	- 74.207,74	- 62.942,29
Despesas de Depreciação e Amortização	- 156.029,67	- 162.085,40
Outras Despesas	- 572.640,26	- 466.948,23
Total	- 4.979.155,10	- 4.421.659,23

12.3 DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2023	2022
Despesas / Receitas com Crédito de Liquidação Duvidosa	- 311.265,47	- 626.163,51
Despesas com Perdas de Operações de Crédito	- 3.490.084,11	- 3.864.259,83
Total	- 3.801.349,58	- 4.490.423,34

12.4 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras	1.205.441,25	1.064.176,52
Juros, Taxas e Multas Sobre Operações de Crédito	4.099.963,20	3.938.101,59
Total	5.305.404,45	5.002.278,11
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias Passivas	- 85.949,85	- 69.844,01
Descontos Concedidos Sobre Contratos Quitados Antecipadamente	- 1.184.855,51	- 1.208.400,68
Juros Sobre Empréstimos + IOF	- 5.800.615,24	- 5.475.332,20
Tarifas Bancárias	- 410.342,03	- 363.631,59
Total	- 7.481.762,63	- 7.117.208,48
Resultado Financeiro Líquido	- 2.176.358,18	- 2.114.930,37

12.5 OUTRAS RECEITAS

	2023	2022
Outras Receitas		
Taxa de Alienação Veículos (TAV)	93.523,20	40.626,65
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas	1.244.401,56	926.795,06
Descontos Recebidos	14.324,97	7.406,34
Outras Receitas e Credito Incentivo Alelo	57.614,62	56.764,30
Baixa por Decadência Provisão PIS	109.147,73	105.265,45
Correção Monetária Ativa	15,47	933,71
Total	1.519.027,55	1.137.791,51

12.6 DESPESAS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

	2023	2022
Despesas Tributárias e Fiscais		
Alvará, Impostos e Taxas, IPTU, Multas	-265.471,44	-230.566,07
Total	-265.471,44	-230.566,07

12.7 RECEITAS DE JUROS

	2023	2022
Receita de Juros		
Rendimentos s/Empréstimos	26.898.994,64	25.178.618,73
Total	26.898.994,64	25.178.618,73

13. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros obedece às orientações técnicas de especialistas e de conformidade com o grau de risco envolvido.

O seguro está contratado com vigência até 14 de agosto de 2024, e sua cobertura está assim detalhada:

Itens	Tipo de cobertura	Limite Máximo de Indenização
Escritórios onde estão localizados os postos de atendimento	Danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios	2.100.000,00

O seguro está contratado com vigência até 16 de maio de 2024, e sua cobertura está assim detalhada:

Itens	Tipo de cobertura	Limite Máximo de Indenização
Veículo utilizado por mais de um funcionário	Danos materiais, corporais e morais	450.000,00

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis (01.02.2024), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades classificadas como “Caixa e Equivalentes a Caixa”, Operações de Créditos e os Passivos Circulantes, principalmente Obrigações com instituições de Crédito aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis.

As Obrigações com instituições de crédito são atualizadas monetariamente com base em índices da TJLP e juros fixos em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de Risco

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b 1) Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Entidade não receber os valores decorrentes de operações de crédito.

Para atenuar esse risco, a Entidade aplica metodologia creditícia apropriada ao microcrédito, além de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Entidade dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b 2) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Entidade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Entidade adota como prática de acompanhamento diário e permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações créditos, efetua também planejamento anual do fluxo de caixa, a partir do orçamento anual, projetando a necessidade de recursos anuais.

b 3) Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Entidade estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos as suas Operações de Crédito, suas Obrigações com Instituições de Créditos e suas aplicações.

A taxa de juros aplicada nas operações de crédito pela instituição, é calculada de forma a cobrir seus custos de operações e sua capitalização do capital. Nos 25 anos de existência, as taxas foram alteradas apenas duas vezes, visando maior alcance de mercado.

16. AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Em 28 de fevereiro 2024 a Administração da Entidade concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU – SOLIDARIEDADE “ICC – BLUSOL”.

Blumenau SC, 28 de fevereiro de 2024.

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Valores expressos em Reais

ATIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.325.555,30	11.405.201,97
Operações de crédito	5 a)	47.902.870,80	38.946.223,93
Contas a receber - Outras		185.038,33	195.070,09
Total do Ativo Circulante		52.413.464,43	50.546.495,99
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	6.1	37.164.959,29	27.994.692,36
Investimentos	6.4	912.747,23	827.015,43
Imobilizado	6.2	610.250,99	584.375,10
Intangível	6.3	118.880,81	130.302,68
Total do Ativo Não Circulante		38.806.838,32	29.536.385,57
TOTAL DO ATIVO		91.220.302,75	80.082.881,56

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Valores expressos em Reais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CIRCULANTE			
Obrigações com instituições de crédito	7	9.799.482,26	3.777.662,23
Salários e encargos sociais	9	2.018.903,77	1.676.419,12
Obrigações tributárias		6.238,72	6.033,54
Contas a pagar		192.046,52	192.404,03
Total do Passivo Circulante		12.016.671,27	5.652.518,92
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações com instituições de crédito	7	36.269.083,46	36.750.068,53
Obrigações tributárias sub judice	8	14.286.669,51	12.221.304,09
Obrigações cíveis e trabalhistas	10	34.483,04	42.633,51
Total do Passivo Não Circulante		50.590.236,01	49.014.006,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	11	28.613.395,47	25.416.356,51
Total do Patrimônio líquido		28.613.395,47	25.416.356,51
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.220.302,75	80.082.881,56

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Valores expressos em Reais

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA BRUTA			
Receitas de operações de crédito	12.7	26.898.994,64	25.178.618,73
Outras receitas	12.5	1.519.027,55	1.137.791,51
Total da receita bruta		28.418.022,19	26.316.410,24
DEDUÇÕES DA RECEITA			
(-) COFINS		(966.920,64)	(904.653,49)
(-) PIS		(140.789,85)	(130.948,28)
Total de deduções da receita		(1.107.710,49)	(1.035.601,77)
RECEITA LÍQUIDA		27.310.311,70	25.280.808,47
DESPESAS			
Com pessoal	12.1	(12.904.378,17)	(11.708.389,67)
Gerais e administrativas	12.2	(4.979.155,10)	(4.421.659,23)
Despesas Tributárias e Fiscais	12.6	(265.471,44)	(230.566,07)
Operações de crédito	12.3	(3.801.349,58)	(4.490.423,34)
		(21.950.354,29)	(20.851.038,31)
SUPERÁVIT ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		5.359.957,41	4.429.770,16
Receitas financeiras		5.305.404,45	5.002.278,11
Despesas financeiras		(7.481.762,63)	(7.117.208,48)
Resultado financeiro líquido	12.4	(2.176.358,18)	(2.114.930,37)
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.183.599,23	2.314.839,79

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Valores expressos em Reais

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>3.183.599,23</u>	<u>2.314.839,79</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
SUPERÁVIT ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>3.183.599,23</u>	<u>2.314.839,79</u>

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Valores expressos em Reais

	<u>Notas</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Resultados Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
Reservas de Contribuição ao Patrimônio		14.336,31		14.336,31
Superávit do exercício			2.314.839,79	2.314.839,79
Transferências patrimoniais		2.314.839,79	(2.314.839,79)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	<u>25.416.356,51</u>	<u>0,00</u>	<u>25.416.356,51</u>
Reservas de Contribuição ao Patrimônio		13.439,73		13.439,73
Superávit do exercício			3.183.599,23	3.183.599,23
Transferências patrimoniais		3.183.599,23	(3.183.599,23)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11	<u>28.613.395,47</u>	<u>0,00</u>	<u>28.613.395,47</u>

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE "ICC - BLUSOL"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Valores expressos em Reais

Natureza das operações	Notas	2023	2022
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit líquido do exercício		3.183.599,23	2.314.839,79
Déficit Líquido do Exercício		-	-
Prejuízo na baixa de investimento		-	-
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit:		-	-
- Despesas de juros		5.282.201,38	5.119.844,63
- Despesas de IR s/ juros		470.276,78	333.924,59
- Depreciações e amortizações	6.2 b) e 6.3 b)	156.032,45	162.085,40
- Baixas líquidas do imobilizado	6.2 b)	6.255,55	(1.388,46)
- Aquisições de ativo imobilizado por Doação		13.439,73	14.336,31
Subtotal		9.111.805,12	7.943.642,26
Aumento ou diminuição de ativos e passivos operacionais			
Operações de crédito		(16.190.910,97)	7.050.873,80
Contas a receber - outras		(3.306,30)	84.332,21
Depósitos judiciais - outros		-	-
Depósitos judiciais	8.1	(1.936.002,83)	(1.816.387,61)
Obrigações tributárias sub judice	8.1 e 8.2	2.065.365,42	2.485.594,54
Contingências cíveis e trabalhistas		(8.150,47)	(24.576,27)
Contas a pagar		(4.636,30)	14.803,96
Salários e encargos sociais		346.763,44	(82.664,10)
Obrigações tributárias		205,18	(570.744,33)
Caixa gerado nas operações		(6.618.867,71)	15.084.874,46
IR s/Juros pagos		(399.767,96)	(325.892,65)
Juros pagos		(4.916.275,42)	(5.352.751,67)
Caixa líquido (usado) nas atividades operacionais		(11.934.911,09)	9.406.230,14
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimento	6.4	(85.731,80)	(76.164,53)
Aquisições de ativo imobilizado	6.2 b)	(145.990,02)	(58.061,62)
Gastos com ativos intangíveis	6.3 b)	(30.752,00)	(15.452,07)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(262.473,82)	(149.678,22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de recursos financeiros		10.714.369,63	-
Amortizações líquidas de recursos captados		(5.596.631,39)	(4.797.169,75)
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos		5.117.738,24	(4.797.169,75)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.079.646,67)	4.459.382,17
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.405.201,97	6.945.819,80
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	4.325.555,30	11.405.201,97

RICARDO GUILHERME RADÜNZ
Presidente

EDILSON WILVERT
Diretor Administrativo Financeiro

NELSON JOSÉ MOHR
Contador CRC Nº SC-021439/o-6